

ADESÃO DE JOVENS À PREVIDÊNCIA PRIVADA: UM ESTUDO COM ESTUDANTES DA FCE/UFRGS SOBRE FATORES INFLUENCIADORES E BARREIRAS^{1*}

YOUTH PARTICIPATION IN PRIVATE PENSIONS: A STUDY ON INFLUENCING FACTORS AND BARRIERS AMONG FCE/UFRGS STUDENTS

Leonardo Tavares de Souza**
Máris Caroline Gosmann^{2***}

RESUMO

Este estudo teve como objetivo investigar as tendências de adesão dos estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da UFRGS à previdência privada aberta, explorando os fatores que influenciam suas decisões de investimento para o futuro. A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, aplicando questionários estruturados a uma amostra de alunos da FCE para captar percepções sobre previdência privada e outros investimentos financeiros. Os resultados apontaram que a adesão à previdência privada entre os jovens é baixa, influenciada por fatores como falta de informação e preferência por investimentos de liquidez mais imediata. Esses achados contribuem para o campo acadêmico ao revelar barreiras específicas enfrentadas por jovens em relação à previdência privada, e também têm implicações práticas para instituições financeiras, que podem ajustar suas estratégias de comunicação e de abordagem para atrair esse público-alvo de maneira mais eficaz. O estudo sugere ainda a importância de iniciativas de educação financeira que ajudem os jovens a compreender a importância do planejamento de longo prazo e a identificar as vantagens da previdência privada como uma opção de investimento.

Palavras-chave: Previdência privada. Investimento. Educação financeira. Planejamento de longo prazo.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the trends in open private pension plan enrollment among students of the Faculty of Economic Sciences (FCE) at UFRGS, exploring the factors that influence their investment decisions for the future. A quantitative approach was adopted, with structured questionnaires applied to a sample of FCE students to capture perceptions about private pensions and other financial investments. The results indicated that private pension plan enrollment among young people is low, influenced by factors such as lack of information and a preference for investments with more immediate liquidity. These findings contribute to the academic field by revealing specific barriers faced by young people regarding private pensions and have practical implications for financial institutions, which can adjust their

^{1*} Trabalho de Diplomação em Atuária equivalente ao Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2024, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Atuariais.

** Graduando(a) do curso de Ciências Atuariais da UFRGS. (leottavares15@gmail.com).

^{2***} Orientadora. Dra. Profª Adjunta DCCE/FCE/UFRGS. Graduação em Ciências Atuariais UFRGS (2005), Economia UFRGS (2014) e Nutrição UFCSPA (2005). Especialização em Economia e Finanças UFRGS (2011). Mestrado em Atuária PUC-Rio (2009). Doutorado em Ciências Contábeis UFRJ (2022) (maris.caroline.gosmann@gmail.com).

communication and outreach strategies to more effectively attract this target audience. The study also highlights the importance of financial education initiatives that help young people understand the significance of long-term planning and recognize the advantages of private pensions as an investment option.

Keywords: Private pension. Investment. Financial education. Long-term planning.

1 INTRODUÇÃO

O déficit da previdência social no Brasil, as regras que exigem maior tempo de contribuição e maior idade do contribuinte para a aposentadoria integral, além da perda de valor real do benefício com o passar dos anos, levam a cada dia, mais brasileiros a fazerem a opção por complementarem a aposentadoria aderindo a um plano de previdência, seja aberta ou fechada (GONZAGA, 2012). Diante do cenário de incerteza em relação à previdência social, a população mais jovem tem tomado consciência que o ideal é poupar e investir desde cedo para terem uma boa saúde financeira. Sendo assim, a previdência privada surge como uma alternativa para o complemento da aposentadoria. Planejamento financeiro é o processo de gerenciar o dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal e permitir que se controle a situação financeira para atender necessidades e alcançar objetivos no decorrer da vida de uma pessoa (MACEDO JUNIOR, 2010).

A instituição da Previdência Privada no Brasil reside na conscientização da necessidade de complementar renda suficiente para, ao menos, manter o padrão de vida que o trabalhador fez por merecer (MARENSI, 1981). De acordo com dados da Fenaprevi (2024), a captação líquida, que é a diferença entre prêmios e contribuições subtraindo-se os resgates nos planos de previdência, identificou um aumento de 100,4% nos primeiros sete meses do ano de 2024 comparado ao mesmo período do ano anterior, chegando a um montante de R\$ 36,7 bilhões. Diante desses resultados fica evidente que os planos de previdência privada estão sendo cada vez mais procurados pelos brasileiros para complementar o regime público de aposentadoria.

As Entidades Abertas de Previdência Privada (EAPP) estão disponíveis para qualquer indivíduo que queira fazer parte do sistema, ou seja, seus planos podem ser adquiridos por qualquer pessoa. Os planos do Segmento de Previdência Complementar Aberta mais negociados são o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) é personalidade jurídica vinculada ao Ministério da Fazenda responsável pelo controle e fiscalização desse mercado.

A reflexão sobre a qualidade de vida ao aposentar-se faz parte do planejamento de grande parte dos trabalhadores (FRANÇA; SOARES, 2012). Em decorrência das recentes reformas na previdência social e das possíveis mudanças futuras, os jovens têm percebido que precisarão trabalhar por mais tempo e que o valor da aposentadoria pode não ser suficiente quando se tornarem beneficiários, Segundo Martin (2024), a faixa etária (de 18 a 24 anos) que mais cresceu no setor de renda variável (1.816%) nos últimos 5 anos. A crise no sistema público de previdência, somada ao crescente comportamento das novas gerações de planejar o futuro de forma mais antecipada, pode ter levado muitos a buscar a previdência privada como uma alternativa viável para garantir maior segurança financeira a longo prazo.

Este estudo busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: “Quais fatores influenciam os estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS a aderirem ou não a planos de previdência privada aberta?” Dentro desse contexto, o objetivo deste estudo é analisar e entender quais fatores são impactantes para que estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da UFRGS aderem planos de previdência privada aberta e quais

são os receios dos estudantes que optam por não possuir um plano de previdência privada. Da mesma forma, o estudo visa fornecer aos alunos da FCE da UFRGS pontos relevantes acerca do funcionamento da previdência privada aberta, procurando municiá-los de informações para uma melhor tomada de decisão na escolha de um plano de previdência que lhes forneça uma aposentadoria segura.

Para alcançar o objetivo geral foram estabelecidos, adicionalmente, os seguintes objetivos específicos: identificar os principais motivos que levam os alunos da FCE a aderirem a um plano de previdência privada; entender os receios e obstáculos enfrentados pelos estudantes que optam por não aderir; fornecer uma análise comparativa entre as características dos planos disponíveis, como PGBL e VGBL, em termos de adequação ao perfil dos jovens; e verificar a adesão dos estudantes à previdência privada aberta e a outros tipos de investimentos.

No âmbito acadêmico, o estudo contribui para a literatura em ciências atuariais ao explorar os fatores que influenciam a adesão de jovens à previdência privada aberta, um tema relevante para a formação acadêmica e o entendimento da dinâmica dos produtos financeiros voltados ao futuro. No âmbito de mercado, essa pesquisa oferece um vasto estudo para o setor de previdência privada ao analisar o comportamento e a percepção de jovens universitários, uma faixa etária que está ganhando importância para a sustentabilidade de longo prazo das Entidades Abertas de Previdência Privada (EAPP). Já no âmbito social, ao entender os motivos que levam ou afastam os jovens da previdência privada, a pesquisa fomenta a conscientização sobre a importância do planejamento financeiro e da segurança econômica na aposentadoria, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de poupança e planejamento entre as novas gerações. Esses três âmbitos se interligam para proporcionar uma visão mais clara sobre como as futuras gerações podem garantir uma aposentadoria mais segura e confortável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA PREVIDÊNCIA NO MUNDO E NO BRASIL

A previdência tem suas raízes na necessidade humana de se proteger contra riscos e adversidades, como fome, doença e incertezas. Desde a Antiguidade, existiam práticas de assistência, como na Grécia e Roma, onde famílias ricas ajudavam os mais necessitados. Durante toda a Idade Média, corporações profissionais criaram seguros sociais para seus membros. (ARAÚJO, 2006). Com o tempo, esse conceito evoluiu para sistemas mais organizados, como a Lei dos Pobres na Inglaterra em 1601 e o sistema de seguridade social na Alemanha, iniciado em 1883, que estabeleceu seguros para doença, acidentes e aposentadoria. A Revolução Francesa e a Constituição do México também contribuíram para a institucionalização da assistência social.

No Brasil, a previdência passou por importantes transformações ao longo do tempo. Inicialmente, organizações como a Igreja Católica e a Santa Casa de Misericórdia prestavam assistência aos necessitados. Um marco veio com a Lei Eloy Chaves em 1923, que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões para ferroviários, impulsionando a organização previdenciária no país (WESTIN, 2019). A partir de Getúlio Vargas, o sistema se consolidou com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão. Posteriormente, a Constituição de 1988 integrou a previdência, saúde e assistência sob a "seguridade social". Reformas recentes, como a Emenda Constitucional de 2019, ajustaram as regras de aposentadoria para enfrentar déficits e garantir a sustentabilidade do sistema (MARINHO, 2019).

Segundo dados do Tesouro Nacional (2024), atualmente a dívida da União está nos maiores patamares da história, sendo seu montante acumulado em R\$7,14 trilhões. Os gastos com os Benefícios RGPS (Regime Geral da Previdência Social) somaram R\$959 bilhões nos últimos 12 meses e o balanço do governo está deficitário desde novembro de 2014, tendo nos últimos 12 meses um déficit de R\$233 bilhões.

2.2 PREVIDÊNCIA PRIVADA NO BRASIL

A Previdência Privada no Brasil oferece uma forma de complementação de renda para quem já contribui à Previdência Social, proporcionando maior segurança financeira na aposentadoria. Essa modalidade busca o desenvolvimento econômico e social por meio da capitalização dos recursos, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (RAMOS, 2005). O sistema divide-se entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que atendem trabalhadores de empresas específicas, e Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC), disponíveis ao público em geral.

As EFPC aplicam seus recursos em diversos segmentos, como renda fixa, variável e imóveis, buscando garantir a rentabilidade dos planos (WEINTRAUB, 2003). Em março de 2024, segundo os Dados Abertos de Previdência Complementar, os ativos das EFPC somavam R\$1,28 trilhões, com destaque para grandes empresas, como PREVI e PETROS. No âmbito das entidades abertas, bancos como BRASILPREV, BRADESCO e ITAÚ líderes do setor, que juntos somam R\$1,04 trilhões de ativos, reforçando a importância da previdência privada como um investimento a longo prazo.

FIGURA DE DIVISÕES DA PREVIDÊNCIA



FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL
 FONTE: BRASIL, 1988.

O organograma da Seguridade Social no Brasil, conforme ilustrado na imagem, demonstra a estrutura organizada em três áreas principais: Previdência, Assistência Social e Saúde. Cada uma dessas áreas desempenha um papel essencial na promoção do bem-estar social, sendo a Previdência subdividida para atender as diferentes esferas governamentais - União, Estados e Municípios - por meio dos regimes RGPS (Regime Geral de Previdência Social), RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) e PC (Plano de Complementação). Essa organização, baseada na constituição de 1988, reflete o compromisso do Estado brasileiro em garantir proteção social ampla e acessível, integrando esforços para assegurar o direito à saúde, assistência e previdência para todos os cidadãos.

2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

O planejamento financeiro é essencial para alcançar os objetivos de uma empresa e de pessoas, pois estabelece diretrizes que orientam, coordenam e controlam as atividades. Ele

inicia com planos de longo prazo e, posteriormente, formaliza os de curto prazo, garantindo um melhor acompanhamento das finanças (GITMAN; MADURA, 2003). A reflexão sobre a qualidade de vida ao aposentar-se faz parte do planejamento de grande parte dos trabalhadores (FRANÇA; SOARES, 2012). Para empresas e famílias, o planejamento financeiro funciona como um mapa que direciona as ações, permitindo ajustes nas metas, quando necessário, e antecipando possibilidades de investimento, endividamento e uso de recursos (ROSS; WESTERFIELD; JAFFE, 1995).

No âmbito pessoal, o planejamento financeiro permite gerenciar melhor os recursos disponíveis, garantindo maior segurança e estabilidade. O processo começa com um planejamento estratégico que considera os objetivos e metas individuais, influenciado por características pessoais e momentos de vida (CHEROBIM; ESPEJO, 2011). Para Augustinis, Costa e Barros, (2012, p. 84) a educação financeira “está relacionada ao método pelo qual, podem alcançar as competências necessárias para a compreensão de questões relativas à economia e às finanças”.

Quando se trata de educação previdenciária, nota-se que em geral a população não recebe uma preparação específica para a aposentadoria (Neri, 2007; Silva & Carvalho, 2019). No caso dos jovens, não há uma preocupação nem precaução com relação à previdência (Silva, Reis, Martins, & Fornari, 2019). Na literatura há evidências de que para ser eficiente um programa de educação financeira voltado para jovens deve ser customizado com as características dos participantes (Lučić, Uzelac, & Gaćina, 2021), e que ainda é baixo o grau de ensino e conhecimento sobre educação financeira e previdenciária entre os jovens, sendo a maioria dos projetos voltados para estudantes de ensino médio (Atkinson & Messy, 2012; Morlin, 2023). Para Gitman (2001), a falta de informações, a falta de conhecimento por grande parte das pessoas sobre as possibilidades de investimentos que estão à disposição no mercado financeiro e a confusão entre o que é poupar e o que é investir das pessoas sempre foi um obstáculo para os investidores do mercado acionário.

Segundo dados da bolsa de valores brasileira (B3, 2024) no dia 07/10/2024 havia 675.706 pessoas com idade de até 25 anos, esse número representa 11,26% do total de investidores. Contudo o percentual de investimentos desse grupo atinge apenas 1,14% do total, o que é compreensível, visto que possuem menos capital para investir. O estado do Rio Grande do Sul é o quarto com mais investidores da bolsa com 332.936 pessoas e responsável por 5,64% do patrimônio total.

2.3.1 MODALIDADES DOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA EXISTENTES NO MERCADO

Os principais planos do mercado de previdência privada aberta são: PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livre). VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) e PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) são aqueles por sobrevivência (de seguro de pessoas e de previdência complementar aberta, respectivamente) que, após um período de acumulação de recursos (período de diferimento), proporcionam aos investidores (segurados e participantes) uma renda mensal - que poderá ser vitalícia ou por período determinado - ou um pagamento único. O primeiro (VGBL) é classificado como seguro de pessoa, enquanto o segundo (PGBL) é um plano de previdência complementar (SUSEP, 2022).

A principal diferença entre PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) está na forma de tributação. No PGBL, as contribuições podem ser deduzidas do Imposto de Renda até o limite de 12% da renda bruta anual, mas a tributação ocorre no momento do resgate, sobre o valor total acumulado. Já no VGBL, não há dedução

fiscal durante a fase de acumulação, e o imposto incide apenas sobre os rendimentos do investimento, sendo mais indicado para quem faz a declaração simplificada do IR.

2.3.2 REGIMES DE TRIBUTAÇÃO

Existem dois modelos de tributação distintos, (i) o Regime de Tributação Progressiva, que leva em consideração apenas a renda tributável da pessoa física para definição da alíquota do IR e (ii) o Regime Regressivo de Tributação, que considera o tempo em que os recursos são mantidos no plano de previdência complementar, diminuindo gradativamente a alíquota de acordo com o tempo de permanência (GAUDENZI, 2006). Autores como Saad e Ribeiro (2011) e, recentemente, Martins e Campani (2019) ressaltaram que há uma lacuna de estudos que investiguem a escolha entre os regimes progressivo e regressivo do imposto. Com isso, emerge uma relevante linha de pesquisa a partir da oportunidade de se otimizar a tributação, maximizando a riqueza líquida e adicionando ganhos aos valores recebidos de benefícios de aposentadoria.

2.3.2.1 TRIBUTAÇÃO REGRESSIVA

Na tabela regressiva, o IR devido não é definido pelos valores, mas pelo tempo em que o investimento foi realizado. Ou seja, quanto mais tempo o investidor demorar para fazer seus resgates, menos impostos pagará. A tabela regressiva inicia com uma alíquota de 35% para retiradas em até dois anos, e vai sendo reduzida 5% a cada dois anos passados, podendo chegar na alíquota mínima de 10% para retiradas após 10 anos da aplicação (Neves, 2022). Abaixo, podemos observar a tabela regressiva:

Período de investimento	Alíquota IR (%)
até 2 anos	35%
de 2 a 4 anos	30%
de 4 a 6 anos	25%
de 6 a 8 anos	20%
de 8 a 10 anos	15%
acima de 10 anos	10%

Fonte: Choai, Paiva e Justo (2024)

Note que os investimentos acima de 10 anos têm um pagamento de imposto menor que outros fundos de investimento — que costuma ser de 15%. Portanto, essa pode ser uma alternativa interessante para quem tem um período maior entre a construção de patrimônio e o resgate (Choai, Paiva e Justo, 2024).

2.3.2.2 TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA

A tributação progressiva é o regime mais indicado para quem tem objetivos de curto prazo, para aqueles contribuintes que estão próximos da aposentadoria, ou aqueles em que a

renda mensal esteja na faixa de isenção de imposto de renda, além de ser sugerido, para os contribuintes que a alíquota não ultrapasse 7,5% (Torres, 2018).

Diferente da tabela regressiva, onde o que importa é o tempo em que você deixará seu dinheiro investido, aqui o tempo não importa. O importante nesse regime é o valor que você irá receber anualmente. Quanto maior sua renda, maior será a tributação. Como referência, ela utiliza as faixas de renda, que podem ser alteradas anualmente. (Choaib, Paiva e Justo, 2024). Confira a tabela progressiva do IR anual, válida para a declaração de IR em 2025:

Faixa	Base de cálculo anual (R\$)	Base de cálculo mensal (R\$)	Alíquota de IR
1ª faixa de renda	Até R\$ 26.963,20	Até R\$ 2.246,93	Isento
2ª faixa de renda	De R\$ 26.963,21 até R\$ 33.919,80	De R\$ 2.246,93 até R\$ 2.826,65	7,50%
3ª faixa de renda	De R\$ 33.919,81 até R\$ 45.012,60	De R\$ 2.826,65,93 até R\$ 3.751,05	15,00%
4ª faixa de renda	De R\$ 45.012,61 até R\$ 55.976,16	De R\$3.751,05 até R\$ 4.649,68	22,50%
5ª faixa de renda	Acima de R\$ 55.976,16	Acima de R\$ 4.649,68	27,50%

Fonte: Choaib, Paiva e Justo (2024)

Ao escolher a tabela progressiva, você não deve se preocupar apenas com o valor a ser resgatado na previdência. Você deve analisar a sua renda como um todo, pois a previdência é somada com as demais rendas tributáveis que você possui, como salários e alugueis (Neves, 2022).

Na tributação regressiva, os resgates têm a incidência de imposto de renda na fonte, feita com base na alíquota única de 15%, de forma antecipada, com posterior ajuste na declaração anual de IRPF. No recebimento da renda, a incidência de imposto de renda é feita conforme a Tabela Progressiva do IR vigente à época do recebimento (Burda, 2011)

2.3.2.3 NOVA REGULAMENTAÇÃO LEI 14.803/24

A Lei nº 14.803, de 10 de janeiro de 2024, alterou a Lei nº 11.053, de 2004, para permitir aos participantes e assistidos de plano de previdência complementar optar pelo regime de tributação por ocasião da obtenção do benefício ou do primeiro resgate dos valores acumulados. A modificação teve por objetivo facilitar a tomada de decisão do participante de plano de previdência complementar em relação ao momento da escolha pelo regime de tributação de sua renda previdenciária (RECEITA FEDERAL, 2024)

Uma ampla vantagem para o participante que agora pode escolher o regime de tributação no momento da obtenção do benefício ou da requisição do primeiro resgate, diferente de antes em que era obrigado a definir no momento de contratação do plano. Então essa alteração na Lei nº 11.053/2004 visa proporcionar maior flexibilidade para que os indivíduos tomem decisões mais informadas sobre o impacto fiscal de seus investimentos previdenciários.

2.3.3 VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A primeira vantagem que iremos abordar é a vantagem tributária em planos do tipo PGBL. Caso a declaração de Imposto de Renda do contribuinte seja no modelo completo, pode-se deduzir até 12% da sua renda anual tributável, a fim de diminuir o imposto a pagar. Para obter o benefício, é necessário informar na Declaração de Imposto de Renda o valor investido em PGBL (SPRÍCIGO, 2018).

A portabilidade ilimitada é outra vantagem da previdência privada. O participante consegue transferir o montante entre fundos sem que seja necessário resgatar o valor e, conseqüentemente, pagar imposto sobre ele. Isso significa que não será necessário pagar o imposto de renda e muito menos reiniciar a tabela regressiva no maior percentual do Imposto de Renda. Essa é uma grande vantagem da previdência privada, porque o investidor não fica preso a uma corretora ou fundo de investimento, com total liberdade para migrar seu patrimônio (WARREN, 2022).

Outra grande vantagem nos fundos de previdência privada, é a não incidência do come-cotas, que é a cobrança de imposto de renda feita de forma semestral (em maio e novembro) e que incide sobre os ganhos de fundos de investimentos. Na previdência privada, isso não ocorre. A cobrança do imposto só ocorre no momento do resgate, seja sobre o valor total, como no plano PGBL, ou sobre os rendimentos, como no plano VGBL. O que acarreta num maior retorno, visto que o montante acumulado, não sofre essa dedução (WARREN, 2022).

A sucessão patrimonial é outro ponto importante na previdência privada, pois ela permite que os herdeiros acessem o capital investido sem a necessidade de inventário, o que reduz os custos e facilita os processos nesse momento. Caso o participante não chegue a desfrutar do benefício de ter uma renda complementar no futuro, seus herdeiros poderão contar com o valor aportado sem enfrentar burocracia (WARREN, 2022).

Segundo Xavier (2022) os planos de previdência privada possuem algumas desvantagens, além das taxas de administração, os fundos apresentam custos com taxa de carregamento que pode chegar a 2% e taxa de saída quando resgatar o valor. Outro ponto salientado é em relação à complexidade dos planos de previdência, que por conta da sua variedade, pode levar as pessoas a ter dificuldade em escolher qual vale mais a pena obter.

Outra grande desvantagem é na questão de segurança do investimento, pois nos fundos de previdência não tem amparo do Fundo Garantidor de Crédito, como em operações de renda fixa, que garantem em até R\$250 mil aos investidores em caso de quebra da instituição que o valor esteja investido (XAVIER, 2022).

2.3.4 TIPOS DE INVESTIMENTOS

Ativos de renda fixa são aqueles em que a remuneração pode ser dimensionada no momento da aplicação, fazendo com que o investidor saiba qual será o seu rendimento. Esse rendimento pode ser avaliado pelo valor nominal ou pela variação de um indexador (AZEVEDO, 2005). Podem ser adotados alguns critérios para a diferenciação dos títulos de renda fixa: o tipo de emissor, a forma de rentabilidade do título, seu prazo e valor mínimo de investimento inicial (ALMEIDA e CUNHA, 2017). Alguns exemplos comuns incluem o Tesouro Direto, LCI, LCA, CDB e poupança, sendo que cada um possui diferentes perfis de rendimento e risco.

Fortuna (2002) cita que a caderneta de poupança é a aplicação mais simples e tradicional, sendo uma das poucas, senão a única em que se podem aplicar pequenas somas e ter liquidez, apesar da perda de rentabilidade para saques fora da data de aniversário da aplicação. A caderneta de poupança não incide no imposto de renda, IOF e nem na cobrança de taxas. Strickland (2023) explica que a modalidade é um investimento de renda fixa, em que

o montante aplicado rende uma taxa pré-fixada, atualmente em 70% da Selic (taxa básica de juros). Essa característica garante estabilidade e segurança ao investidor, uma vez que o rendimento é previsível e o capital fica protegido pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que assegura até R\$250 mil por CPF e instituição financeira. (STRICKLAND, 2023).

O Tesouro Direto é um Programa do Tesouro Nacional desenvolvido em parceria com a B3 (bolsa de valores) para venda de títulos públicos federais para pessoas físicas, por meio da internet. Concebido em 2002, esse Programa surgiu com o objetivo de democratizar o acesso aos títulos públicos, ao permitir aplicações com apenas R\$30,00. Além de acessível e de apresentar opções de investimento que se encaixam aos seus objetivos financeiros, o Tesouro Direto oferece boa rentabilidade e liquidez diária, mesmo sendo a aplicação de menor risco do mercado (TESOURO TRANSPARENTE, 2024) Os títulos podem ser pré-fixados ou pós-fixados, dependendo do perfil de risco do investidor.

Considerados investimentos de Renda Fixa com baixo risco, o Certificado de Depósito Bancário (CDB) é um dos instrumentos financeiros mais tradicionais do mercado brasileiro e o título de Renda Fixa mais adquirido pelo investidor pessoa física. Instituído pela Lei Nº 4.728, de 14 de julho de 1965, o papel é também uma importante fonte de captação de recursos para as instituições financeiras. Para os investidores, os principais atrativos do CDB estão na possibilidade de contratação do ativo com liquidez diária e o fato do instrumento ser elegível à cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). O risco de quem adquire um CDB está diretamente associado à solidez de seu emissor, uma instituição financeira. As características do CDB são determinadas no momento de sua contratação. Na ocasião, prazo e forma de rendimento são previamente definidos. Sua remuneração, que pode ser prefixada ou pós-fixada, é baseada em diversos indexadores. O mais utilizado é a Taxa-DI (B3, 2024).

De acordo com definição extraída do site da ANBIMA, “LCA e LCI são papéis de dívidas que os bancos emitem para geração de funding objetivando alavancar empréstimos agropecuários ou imobiliários a seus clientes”. Podem ser prefixados ou pós-fixados. Nas prefixadas o rendimento é definido no momento da contratação. Nas pós, o mais comum é que sejam contratadas atreladas a um percentual da taxa do CDI. Perlin (2022, p. 79), conclui: “a LCA e LCI são muito próximas dos tradicionais CDBs. A diferença se dá no tratamento tributário: LCA e LCI são isentas de impostos”.

Além da renda fixa, investimentos em imóveis e bolsa de valores oferecem opções para diversificar a carteira. Conforme Pereira (2008, p. 3), as pessoas adquirem imóveis pelos mais variados motivos, seja como investimento ou como forma de previdência privada para o futuro, mas a razão maior reside na segurança que ele gera para a família. Diante disso, nota-se que o mercado imobiliário é constantemente demandado seja por segurança, por investimento ou por especulação e de acordo com Costa e Lundberg (2004), ele é considerado prioritário para o desenvolvimento de um país, pois além de garantir um alto nível de investimento, geração de renda e emprego, é norteador pela promoção do bem-estar refletida na política habitacional. Segundo Halfeld (2010, p. 27), quando considerados períodos mais longos de investimento em imóveis, sua rentabilidade, em média, tende a superar os rendimentos das aplicações em renda fixa.

Já as Bolsas de Valores desempenham um papel importante na economia de um país, pois contribuem para o crescimento da riqueza nacional por meio da participação das poupanças de cada entidade econômica. Além disso, através da Bolsa de Valores possibilita-se a captação de recursos para projetos de investimento e expansão dos negócios, o que contribui para a geração de empregos e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de um país (ASSAF NETO, 2014). Ações representam frações de companhias de capital aberto, ou seja, aquelas empresas que são negociadas na Bolsa de Valores (TORO, 2024). Outra opção é investir em Fundos de Investimento Imobiliário (FII) que por definição é uma reunião de recursos captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários, que tem como

objetivo a aplicação de tais recursos em empreendimentos imobiliários e em títulos e valores mobiliários de emissores cujas atividades sejam preponderantemente ligadas ao setor imobiliário ou, ainda, em títulos da dívida privada com lastro imobiliário (BARRETO, 2016). Todo investimento tem suas vantagens e desvantagens, por isso o importante é sempre fazer uma diversificação entre eles. O risco particular de um ativo é diferente de seu risco quando inserido em uma carteira, sendo que elas permitem a redução do risco através da diversificação dos ativos que a compõem (ASSAF NETO, 2003).

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

Um estudo importante sobre educação previdenciária foi realizado por Lima, Dias, Ninin e Amaral (2023), que investigaram o perfil de 110 estudantes universitários, tendo como objetivo, compreender como ações educativas em previdência podem contribuir para informar e sensibilizar as pessoas sobre seus direitos e deveres com relação ao sistema previdenciário brasileiro. Os achados da pesquisa mostraram que a percepção dos estudantes sobre seus direitos e deveres com relação ao sistema de previdência aumentou, ao confrontar as respostas dos questionários aplicados antes e depois das ações. Os resultados mostraram que ações educativas em previdência podem contribuir para preparar estudantes universitários sobre o tema.

Outro estudo relevante foi conduzido por Silva e Almeida (2020), que analisaram a percepção de 117 estudantes da cidade de Belo Horizonte e região Metropolitana sobre os impactos da reforma da previdência. Os autores apontaram que foi possível constatar que as recentes alterações nas regras da previdência social não motivaram os jovens estudantes a se planejarem melhor para sua aposentadoria. Além disso, Silva e Almeida destacam que "os jovens em questão têm apresentado pouco interesse pelo tema aposentadoria (54,70%) e ainda estão na etapa de planejamento da previdência própria (56,41%) e não precisamente na execução dela. (Silva & Almeida, 2020, p. 57).

Almeida e Soares (2017), fizeram uma análise sobre os determinantes socioeconômicos da escolha individual em investir na previdência privada no Brasil. Os resultados revelaram que a renda, a escolaridade e a idade influenciam positivamente a probabilidade de aquisição do produto.

Costa, Ribeiro e Moreira (2020) pesquisaram sobre a educação financeira no planejamento orçamentário e destacam que, no contexto universitário, os estudantes estão mais bem preparados para gerir tanto sua vida pessoal quanto profissional. Segundo os autores, as instituições de ensino superior desempenham um papel exemplar para alunos das áreas de gestão e negócios, assumindo a responsabilidade fundamental de cuidar da saúde financeira da própria instituição e de transmitir conhecimentos relevantes aos seus discentes.

Além desses estudos, Avila (2022) investigou as principais variáveis que impactam nas contratações dos planos Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) por parte dos colaboradores do Banco De Lage Landen. A pesquisa destacou que a principal motivação para aquisição de planos de previdência privada aberta se dá, em primeiro lugar, pela busca de complemento de renda para aposentadoria e, em segundo lugar, para a formação de uma reserva monetária para o futuro.

Esses estudos evidenciam que, apesar da previdência privada ser uma alternativa relevante para o planejamento financeiro de longo prazo, ainda há barreiras significativas para sua adoção, principalmente entre o público jovem. Com base nessa literatura, o presente estudo busca aprofundar a compreensão sobre os fatores que influenciam a adesão de jovens estudantes universitários à previdência privada aberta, com foco nas particularidades culturais e econômicas do estado do Rio Grande do Sul.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste estudo é classificada de acordo com os seguintes critérios: (a) pela forma de abordagem do problema, (b) de acordo com seus objetivos e (c) com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Em relação a forma de abordagem do problema, a pesquisa é caracterizada como quantitativa, pois utiliza dados numéricos para analisar as respostas dos estudantes. Conforme sugerido por Michel (2005), a pesquisa quantitativa é um método de pesquisa social que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas, tais como percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros. Isso permite uma análise mais objetiva e a aplicação de métodos estatísticos, o que é essencial para compreender as tendências na adesão dos estudantes à previdência privada.

No que tange os objetivos, esta pesquisa é classificada como descritiva, uma vez que seu principal objetivo é descrever o perfil dos estudantes em relação às suas escolhas de investimento. Cervo; Bervian e Da Silva (2007) afirma que a pesquisa descritiva “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.” (p. 61), sendo adequada quando o intuito é traçar um panorama geral sobre determinada população. Esse tipo de pesquisa facilita o entendimento das preferências e percepções dos estudantes sem necessariamente investigar relações causais.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa utiliza o levantamento ou survey como técnica principal, que é uma abordagem comum em estudos que envolvem a coleta de dados por meio de questionários ou entrevistas estruturadas. Segundo Roesch (1996) este método é o mais indicado para obter dados e informações de um determinado grupo, na busca de mensurar as respostas de forma objetiva, observável e mensurável. Esse método é ideal para capturar as percepções dos estudantes da FCE sobre a previdência privada, possibilitando uma análise mais detalhada e representativa.

O universo da pesquisa inclui os estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com foco principal em entender os principais motivos que levam esses alunos a não possuírem um plano de previdência privada aberta. A amostra foi composta por 219 alunos que atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos, considerando a representatividade dentro da faixa etária e perfil econômico dos jovens adultos que poderiam aderir a esse tipo de previdência. Excluíram-se da população-alvo os estudantes que não fazem parte da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. O objetivo principal na análise foi focar nos estudantes que ainda não possuem proteção previdenciária complementar e que, devido ao seu perfil, poderiam considerar esse tipo de investimento para o futuro, permitindo uma análise das tendências de adesão entre o público jovem e universitário no contexto regional da FCE/UFRGS.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção tem como objetivo apresentar os resultados descritivos obtidos a partir da análise dos dados coletados. Inicialmente serão apresentados os dados sociodemográficos dos estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, posteriormente serão analisados o grau de adesão dos estudantes do FCE à previdência privada assim como os motivos que os levaram a aderir ou não a uma previdência privada aberta.

4.1.1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Com base nos dados sociodemográficos obtidos através do questionário realizado, observa-se que 23,3% dos participantes eram estudantes de Ciências Atuariais, 30,6% eram estudantes de Ciências Contábeis, 29,2% eram estudantes de Ciências Econômicas, 11,4% eram estudantes de Relações Internacionais e 5,5% fazem especialização, mestrado ou doutorado no FCE, totalizando 219 participantes. A idade média dos participantes foi de 27,67 anos, mediana de 25 anos, a idade mínima foi de 18 anos e a idade máxima foi de 57 anos.

Em relação à ocupação profissional, 42,7% dos participantes responderam que são trabalhadores CLT, 16,1% são estagiários, 16,1% responderam que no momento estão apenas estudando, 12,8% são autônomos ou empresários e 12,4% são servidor público ou funcionário público. Quanto a renda dos participantes 34,2% afirmaram receber até R\$ 2.259,20, 11% recebem entre R\$ 2.259,21 até R\$ 2.826,65, 13,2% recebem entre R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05, 12,3% recebem entre R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68 e 29,2% afirmaram receber acima de R\$4.664,68.

4.1.2 NÚMERO DE PARTICIPANTES DA FCE À PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA

Nesta subseção busca-se apresentar o número de participantes da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, separados por curso, à previdência privada aberta. Iremos analisar também, dentre aqueles que possuem uma previdência privada, a preferência entre PGBL e VGBL.

Na tabela 1 verifica-se que, dos respondentes, o curso qual maior taxa percentual de participantes é o curso de Ciências Econômicas com 23,44% dos estudantes possuindo um plano de previdência privada aberta, seguido pelos especialistas, Outros (estudantes de especialização, mestrado e doutorado da FCE) com 16,67% de participação, Ciências Atuariais com 11,76%, Ciências Contábeis com 10,45% e Relações Internacionais com 8,0%. O total de participação entre todos os estudantes analisados foi de 14,6%.

Tabela 1 - Percentual de participantes por curso

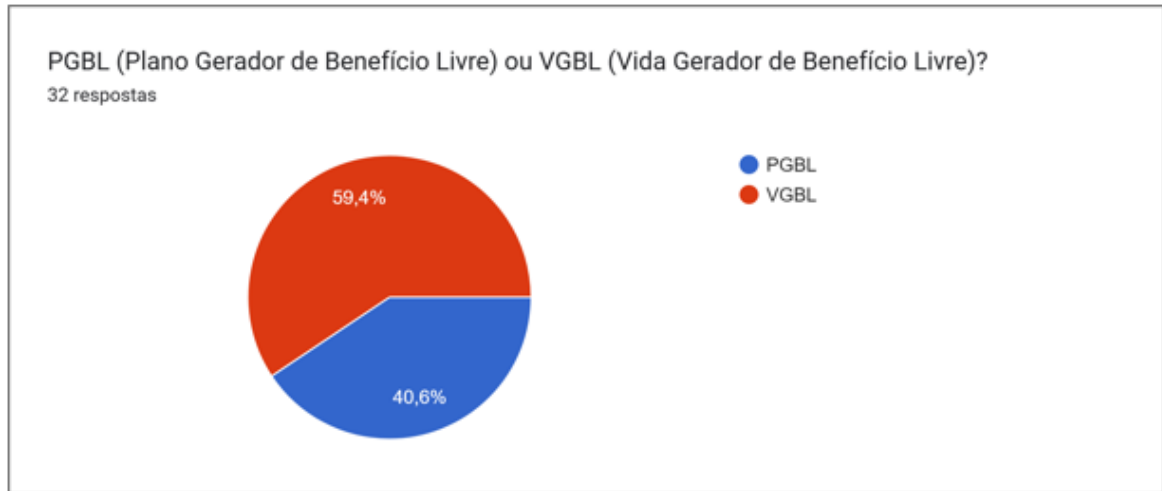
Curso	Respondentes Questionário	Possuem Previdência Privada Aberta	% Participação
Ciências Atuariais	51	6	11,8%
Ciências Contábeis	67	7	10,4%
Ciências Econômicas	64	15	23,4%
Relações Internacionais	25	2	8,0%
Outros (Mestrado, Doutorado e Especialização)	12	2	16,7%
Total	219	32	14,6%

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2024)

Entre os 32 alunos que possuem um plano de previdência privada, 68,75% tem uma renda superior a R\$3.751,06. Ou seja, fica evidente que quanto maior a renda do aluno, maior a sua propensão em investir. Algo que vai de encontro à função poupança do modelo de Keynes, na qual diz que a poupança é o excedente do rendimento sobre os gastos de consumo, e que à medida que a renda aumenta a poupança também aumenta, isto é, aquela tem efeito direto sobre esta. Além disso, esse resultado corrobora com a análise feita por Almeida e Soares, aonde eles destacam que a renda influencia positivamente a probabilidade de aquisição para um plano de previdência privada.

No gráfico 1, pode-se observar que, entre os respondentes que possuem plano de previdência privada aberta, 59,4% possuem VGBL e 40,6% possuem PGBL.

Gráfico 1 - PBGL ou VGBL



Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2024)

É provável que esse a maior parte dos respondentes faça a declaração do imposto de renda simplificada ou que aporte mais de 12% do salário e com isso os planos VGBL acabam sendo mais atrativos. Essa percepção vai de encontro com a vantagem apontada por Sprício (2018) na qual diz que os planos VGBL são indicados para pessoas que optam pela declaração simplificada do Imposto de Renda. Além disso, é favorável para quem busca investimentos a longo prazo, pretende investir acima de 12% da renda tributável ao ano ou gostaria de montar um planejamento para os seus sucessores.

4.2 PRINCIPAIS FATORES QUE LEVARAM OS ESTUDANTES DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFRGS A NÃO POSSUÍREM UM PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA

Esta parte do estudo, a partir das 219 respostas dos estudantes da FCE da UFRGS, visa identificar os principais fatores que levaram os estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS a não possuírem um plano de previdência privada aberta.

Dos 219 estudantes que responderam o questionário, 187 (85,4%) afirmaram não possuir nenhum plano de previdência privada aberta. Questionados sobre o motivo pelo qual não detêm ainda um plano de previdência privada, responderam na proporção conforme a tabela 2.

Tabela 2 - Respostas para a pergunta "Por que você não aderiu a nenhum plano de previdência privada aberta?" (Foi possível escolher mais de uma resposta)

Resposta	Qtd. Alunos	%
Falta de informação	75	40,1%
Prefiro investir sozinho	60	32,1%
Estou sem dinheiro/orçamento apertado	59	31,6%
Existem outras alternativas melhores de investimento	51	27,3%
Falta de tempo	15	8,0%
Tenho receio quanto ao futuro dos planos de previdência aberta	15	8,0%
Possuo previdência complementar fechada	12	6,4%
Prefiro utilizar o dinheiro agora a aplicar em um plano de previdência	11	5,9%
Acredito que a previdência social seja o suficiente para eu me aposentar e ter uma renda boa	9	4,8%
Outros	2	1,1%

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2024)

Os principais motivos que os estudantes alegam para não aderirem a planos de previdência privada aberta. Entre as respostas mais escolhidas, destaca-se "Falta de informação", com 40,1% dos alunos, indicando que a falta de conhecimento sobre como esses

produtos funcionam pode ser uma barreira significativa para a adesão. “Prefiro investir sozinho” foi a segunda resposta mais citada, com 32,1%, demonstrando a preferência de muitos por ter controle direto sobre seus investimentos, sem a intermediação de um plano de previdência. Outro fator relevante é o fato de “Estou sem dinheiro/orçamento apertado” ter sido selecionado por 31,6% dos respondentes, o que sugere que a limitação financeira é um grande obstáculo, especialmente para jovens em fase de formação. Além disso, “Existem outras alternativas melhores de investimento” aparece com 27,3%, revelando que muitos enxergam opções mais atrativas no mercado além da previdência privada aberta, 8,0% dos alunos também disseram ter receio quanto ao futuro dos planos de previdência privada.

4.2.1 FALTA DE CONHECIMENTO SOBRE A PREVIDÊNCIA PRIVADA

Entre os 187 alunos que informaram não possuir um plano de previdência privada, 75 (40,1%) afirmaram não ter informações sobre o funcionamento da previdência privada aberta e que este é o principal motivo por não terem aderido a nenhum plano PGBL ou VGBL. Esse elevado número de alunos que não possuem a devida compreensão sobre o assunto, vai de encontro com o que foi dito por escritores como (Lučić, Uzelac, & Gaćina, 2021) que apontam que é necessária uma customização entre o público alvo para que o programa de educação seja eficiente. O resultado da pesquisa, também corrobora com o que foi dito por (Atkinson & Messy, 2012; Morlin, 2023) no qual evidencia que é baixo o grau de ensino e conhecimento sobre educação financeira e previdenciária entre os jovens. Gitman (2001) também nos trás que a falta de conhecimento é um obstáculo para o mercado acionário, contudo pelo que foi apresentado, podemos ver que estes obstáculos não são exclusivos apenas no mercado acionário, mas também para os planos previdenciários.

Se formos analisar dentre as pessoas que afirmaram possuir um certo conhecimento sobre o funcionamento da previdência privada aberta, o percentual de adesão crescerá 7,61%, tendo 32 pessoas que decidiram ter um plano de previdência e 112 que optaram por não possuir.

Entre as 187 pessoas que não possuem previdência privada aberta, apenas 10 (5,35%) afirmaram não ter interesse em receber mais informações sobre o assunto. Em relação aos que afirmaram ter interesse, foram questionados sobre quais meios de comunicação gostariam de receber mais informações sobre a previdência privada, responderam da seguinte forma:

Tabela 3 - Respostas para a pergunta "Por qual meio você gostaria de receber mais informações sobre a Previdência Privada" (Foi possível escolher mais de uma resposta)

Resposta	Qtd. Alunos	%
Videoaulas pela internet de até 10 minutos	72	38,5%
Redes Sociais	72	38,5%
Cartilhas e materiais explicativos	58	31,0%
E-mails com textos informativos	57	30,5%
Palestras	49	26,2%
Atendimento Individual	31	16,6%
Nenhum meio	10	5,3%

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2024)

Observa-se, com base na tabela 3, que 72 alunos (38,5%) afirmaram que gostariam de receber informações sobre a previdência privada através de Videoaulas pela internet de até 10 minutos e por redes sociais. 58 alunos (31,0%) afirmaram que gostariam de receber informações sobre a previdência privada através de Cartilhas e materiais explicativos. 57 alunos (30,5%) afirmaram que gostariam de receber informações sobre a previdência privada através de E-mails com textos informativos. 49 alunos (26,2%) afirmaram que gostariam de receber informações sobre a previdência privada através de palestras. 31 alunos (16,6%) afirmaram que gostariam de receber informações sobre a previdência privada através de

Atendimento Individual. Apenas 10 alunos (5,3%) afirmaram não desejar receber informações.

4.2.2 ESCOLHA POR OUTRAS ALTERNATIVAS DE INVESTIMENTO

Dentre os 187 alunos que afirmaram não possuir nenhum plano de previdência privada aberta, 123 (65,8%) afirmaram possuir outro tipo de investimento. Quando questionados sobre o porquê de não possuírem um plano de previdência aberta, 60 (32,1%) afirmaram que “prefiro investir sozinho” e 51 (27,3%) afirmaram que “existem outras alternativas de investimentos melhores”.

Esse alto número de investidores em outras áreas, vai de encontro a fala de (FRANÇA; SOARES, 2012) em que a reflexão sobre a qualidade de vida ao aposentar-se faz parte do planejamento de grande parte dos trabalhadores, ou seja, mesmo que os jovens questionados não estejam investindo propriamente em planos de previdência, estão escolhendo outras alternativas. Além disso, o estudo mostra que grande parte dos alunos fazem investimentos no mercado de capitais, o que corrobora com o que foi mencionado por (Martin, 2024) que nos trás o aumento de 1.816% de jovens entre 18 e 24 anos que começaram a investir em renda variável nos últimos 5 anos.

Na tabela 4, podemos observar como estão distribuídos os investimentos em outras áreas, que não seja a previdência aberta, dos alunos respondentes do questionário.

Tabela 4 - Respostas para a pergunta "Que outro tipo de investimento(s) você realiza visando a sua aposentadoria" (Foi possível escolher mais de uma resposta)

Resposta	Qtd. Alunos	%
CDB, LCI ou LCA	96	78,0%
Tesouro Direto	68	55,3%
Mercado de ações	47	38,2%
Fundos de Investimento	36	29,3%
Fundo imobiliário	33	26,8%
Poupança	24	19,5%
Criptomoedas	24	19,5%
Previdência Fechada	12	9,8%
Imóveis	11	8,9%
Debêntures	6	4,9%
Outros	2	1,6%

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2024)

Como pode ser observado na tabela acima, 96 alunos (78,0%) daqueles que afirmaram possuir outro tipo de investimento, possuem CDB, LCI ou LCA. 68 alunos (55,3%) possuem investimentos no Tesouro Direto. 47 alunos (38,2%) possuem investimento no Mercado de ações. 36 alunos (29,3%) possuem investimento em Fundos de Investimento. 33 alunos (26,8%) possuem investimentos em Fundo imobiliário. 24 alunos (19,5%) possuem investimentos na Poupança. 24 alunos (19,5%) possuem investimentos em Criptomoedas. 12 alunos (9,8%) possuem investimento em Previdência privada. 11 alunos (8,9%) possuem investimentos em Imóveis. 6 alunos (4,9%) possuem investimentos em Debêntures. 2 alunos (1,6%) afirmaram possuir outros tipos de investimentos.

Nota-se que os investimentos em CDB, LCI ou LCA são os mais escolhidos entre os alunos que não possuem plano de previdência privada. Como dito anteriormente, esse tipo de investimento é um dos mais populares para investidores pessoa física, além disso, possuem liquidez e cobertura do FGC (Fundo Garantidor de Crédito), ou seja, possui uma garantia de até R\$250.000,00 por instituição financeira, até um total de R\$1.000.000,00 para o investidor, fator esse trazido por Xavier (2022) como uma desvantagem aos planos de previdência privada, já que os planos PGBL e VGBL não possuem essa garantia. O Tesouro Direto é o segundo investimento mais escolhido pelos alunos, sua maior vantagem em relação a maioria dos outros investimentos como vimos antes através do (Tesouro Transparente) é que além de

possuir uma liquidez D+1, ele possui a garantia do estado, que é o emissor dessa dívida, e acaba também sendo um investimento popular, por ser possível que o investidor pessoa física comece com apenas R\$30,00, o que é um grande facilitador para quem ainda possui pouca renda.

4.2.3 FALTA DE PLANEJAMENTO E RENDA LIMITADA

Entre os 187 alunos que não possuem um plano de previdência privada, 59 (31,6%) afirmaram estar sem dinheiro ou com o orçamento apertado. Dentre esses 59 alunos, 31 (52,54%) possuem uma renda abaixo de R\$ 2.259,20, o que faz sentido, visto que grande parte dos alunos que estão na universidade, buscam justamente adquirir o conhecimento necessário para alcançar uma profissão com uma boa remuneração no futuro, ou seja, mais uma vez podemos ver que quanto menor a renda do indivíduo, menor vai ser sua propensão de poupar ou investir, visto que sua renda será destinada ao consumo, tanto para o seu bem estar, quanto para necessidades de curto prazo.

Já no quesito falta de tempo, 15 alunos (8,0%) afirmaram ser o motivo de não possuir plano de previdência privada. Contudo a média de idade desses 15 alunos é de 23,53 anos, algo preocupante, pois se nessa idade afirmam não possuir tempo para aprender sobre algo tão essencial para o futuro, a tendência é que com o passar dos anos a situação fique ainda mais delicada. Vale ressaltar que muitos escritores como Augustinis, Costa e Barros salientam a importância da educação financeira e destacam que a educação financeira “está relacionada ao método pelo qual, podem alcançar as competências necessárias para a compreensão de questões relativas à economia e às finanças”.

4.3 PRINCIPAIS FATORES QUE LEVARAM OS ESTUDANTES DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFRGS A POSSUÍREM UM PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA

Além de tentar compreender os motivos que levam os estudantes a não possuírem algum plano de previdência privada aberta, a pesquisa também buscou entender os principais motivos e fatores que influenciaram os estudantes a possuírem um plano de previdência privada. Na tabela 5, podemos observar quais foram estes fatores principais.

Tabela 5 - Respostas para a pergunta "Qual(is) o(s) principal(is) fator(es) influenciou(aram) na decisão de aderir ao plano de previdência privada aberta?" (Foi possível escolher mais de uma resposta)

Resposta	Qtd. Alunos	%
Pelo fato de não achar que a previdência social seja o suficiente para eu ter uma vida tranquila	23	71,9%
Pelo fato de ser uma diversificação no meu portfólio de investimentos	14	43,8%
Pelo fato de as contribuições para o plano serem deduzidas da base de cálculo do Imposto de Renda retido na fonte	14	43,8%
Pelo fato de o plano de previdência complementar possivelmente obter melhores resultados do que eu investindo sozinho	10	31,3%
Pelo fato de ser diferente dos fundos de investimentos (multimercado, renda fixa) e sendo assim, não ter a cobrança do come-cotas duas vezes ao ano	9	28,1%
Pelo fato de os planos de previdência privada serem bem regulamentados e sendo assim me deixam seguro(a)	9	28,1%
Pelo fato dos planos de previdência não entrarem em inventário, facilitando assim o processo sucessório	9	28,1%

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2024)

O principal motivo apontado foi a percepção de que a previdência social não é suficiente para garantir uma vida tranquila (71,9%), conforme a tabela 5, essa preocupação se

mostra coerente, quando analisamos o crescente déficit apresentado pelo tesouro nacional, e como vimos anteriormente a dívida está nos maiores patamares da história, somando R\$ 233 bilhões nos últimos 12 meses. Outros fatores relevantes incluíram a diversificação do portfólio de investimentos (43,8%), ter um plano de previdência como diversificação, alinha-se com a ideia de Assaf Neto (2003), onde ele fala sobre todo investimento possuir alguma vantagem e desvantagem e por isso a diversificação é sempre importante, além disso, nos trás também a visão de que quanto maior a diversificação, menor o risco da carteira de investimento e o benefício fiscal de ter as contribuições deduzidas da base de cálculo do Imposto de Renda na fonte (43,8%).

Além disso, 31,3% dos respondentes acreditam que a previdência complementar pode obter melhores resultados do que o investimento individual. Esse resultado se alinha com (Choai, Paiva e Justo, 2024) que destacam que, caso o participante opte por uma tabela regressiva, a alíquota após 10 anos fica em apenas 10%, uma alíquota menor que qualquer fundo de investimento ou CDB. Além disso, os portfólios das seguradoras sempre contam com uma grande equipe de especialistas e analistas que ficam diariamente procurando oportunidades para alocar o dinheiro, algo mais difícil para o investidor pessoa física, ainda mais no caso deste estudo de alunos que já possuem outras preocupações e ocupações, que muitas vezes não possui o tempo necessário para fazer esse acompanhamento e sendo assim tomar a melhor decisão.

A diferença em relação aos fundos de investimento, que cobram come-cotas duas vezes ao ano, foi mencionada por (28,1%), assim como a percepção de que esses planos são bem regulamentados e seguros (28,1%) e a vantagem de não entrarem em inventário, facilitando o processo sucessório (28,1%). Esse resultado traz a mesma percepção explorada pela Warren (2022) que destaca que os planos não possuem a incidência do come-cotas, algo que é muito vantajoso para o investidor, pois não é cobrado imposto de renda duas vezes ao ano, como é nos outros fundos de investimento, os planos serem regulamentados pela SUSEP e a facilidade de passar o benefício na sucessão, também são temas abordados e que vão de encontro a Warren (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender as tendências de adesão dos estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da UFRGS à previdência privada aberta, destacando os fatores que influenciam suas decisões de investimento e proteção financeira para o futuro. Os resultados obtidos demonstraram que a adesão ainda é baixa, devido a fatores como falta de informação, desconfiança nos produtos de previdência e preferências por outros tipos de investimento, corroborando a hipótese inicial e respondendo ao problema de pesquisa estabelecido. Assim, o objetivo foi amplamente alcançado, proporcionando um panorama detalhado sobre as percepções dos jovens gaúchos em relação à previdência privada aberta.

As contribuições deste trabalho são significativas tanto para a academia quanto para o mercado de previdência privada. No âmbito acadêmico, o estudo enriquece a literatura sobre o comportamento financeiro de jovens universitários, oferecendo um aumento de percepção sobre as barreiras à adesão à previdência privada. Para o mercado, as descobertas podem auxiliar gestores de instituições financeiras a desenvolver estratégias mais eficazes de comunicação e marketing, direcionadas aos jovens que buscam estabilidade financeira no longo prazo, mas enfrentam desafios para iniciar seus investimentos.

No entanto, o estudo apresentou algumas limitações que devem ser consideradas. Primeiramente, a amostra foi restrita aos alunos da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, o que pode limitar a generalização dos resultados para outros grupos de jovens.

Além disso, o estudo focou em uma abordagem quantitativa, o que pode ter restringido a compreensão aprofundada de certas motivações e percepções dos entrevistados, que poderiam ser mais bem captadas por meio de uma abordagem qualitativa complementar. Para pesquisas futuras, recomenda-se expandir a amostra para incluir estudantes de outras universidades e cursos, permitindo uma análise mais abrangente e comparativa sobre a adesão dos jovens à previdência privada. Além disso, sugere-se a realização de estudos qualitativos, como entrevistas ou grupos focais, que possam explorar com maior profundidade os fatores subjetivos que influenciam a decisão de investimento em previdência privada entre os jovens.

Concluindo, este trabalho contribui para o entendimento da adesão à previdência privada aberta entre os jovens e destaca a importância de estratégias de educação financeira e comunicação personalizada. Acredita-se que, ao abordar as limitações identificadas e ao desenvolver novos estudos na área, será possível criar um ambiente mais favorável para que a previdência privada se torne uma alternativa atraente e viável para as novas gerações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andre Luís Fernandes de; CUNHA, Daniel Pangracio Ahouagi. Estudo do mercado brasileiro de renda fixa e o perfil do investidor brasileiro. 2017. 90 f. TCC (Graduação) -Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ALMEIDA, P.; SOARES, T. (2017). A demanda por previdência privada no Brasil: uma análise empírica. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2017v20n1p36/35329>. Acesso em: 20 nov. 2024

ANBIMA. (2024). Instrumentos de renda variável e renda fixa: Material de Estudos da certificação CPA-10. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/data/files/41/65/E3/7C/A6BDC8104606BDC8B82BA2A8/CPA-10-Cap6.pdf>. Acesso em 02 nov. 2024

ARAÚJO, Francisco Carlos da Silva. Seguridade social. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1272, 25 dez. 2006.

ASSAF NETO, Alexandre. (2003). Mercado Financeiro. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas.

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ATKINSON, A.; & Messy, F. (2012). Measuring Financial Literacy; results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) pilot study.

AUGUSTINIS, Viviane F.; COSTA, Alessandra S. M.; BARROS, Denise F. (2012). Uma Análise Crítica do Discurso de Educação Financeira: por uma Educação para Além do Capital. Revista Adm.made, Rio de Janeiro, v.16, n.3,p.79-102,set. Quadrimestral.

AVILA, R. (2022). Percepção das variáveis que impactam as contratações dos planos Vida Gerador de Benefícios Livres e Plano Gerador de Benefícios Livres pelos colaboradores do sistema financeiro - Um estudo de caso do Banco de Lage Landen.

AZEVEDO, PedroBerbert de.A economia brasileira e o comportamento da taxa de juros de curto prazo e seus impactos no mercado acionário. 2005. 47 f. TCC (Graduação) -Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

B3. (2024). Certificado de Depósito Bancário. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/registro/renda-fixa-e-valores-mobiliarios/certificado-de-deposito-bancario.htm. Acesso em 25 out. 2024.

B3. Perfil de pessoas físicas. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/perfil-pessoas-fisicas/faixa-etaria/. Acesso em 08 out. 2024

BARRETO, J. V. S. (2016). Fundos de Investimento Imobiliário no Brasil: as características que explicam o desempenho. 2016. 51f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.

BURDA, G. Eliana. (2011). Previdência Privada: Uma decisão entre PGBL e VGBL. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/77376>. Acesso em 01. nov. 2024

Campani, C. H., Costa, T., Martins, F. G. L., & Azambuja, S. (2019). Planos PGBL e VGBL de previdência privada: uma análise do mercado brasileiro. *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 15(1), 122-141.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHEROBIM, A; ESPEJO, M. Finanças Pessoais: Conhecer Para Enriquecer! 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CHOAIB, PAIVA E JUSTO. (2024). Tabela Regressiva e Progressiva IR: Qual a diferença para Declarar Previdência? Disponível em: <https://blog.genialinvestimentos.com.br/tabela-regressiva-e-progressiva/>. Acesso em 15. out. 2024

COSTA, A. C. A.; LUNDBERG, E. Direcionamentos de Créditos no Brasil: uma avaliação das aplicações obrigatórias em crédito rural e habitacional. Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/SemEcoBanCred2004/Port/paperV.pdf>. Acesso 10 nov. 2024

COSTA, M. P. Ribeiro, H. C. M., & Moreira, A. A. A. P. (2020). A Influência da Educação Financeira no Planejamento Orçamentário. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*, 7(2), 133.

Dados Abertos de Previdência Complementar. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/dados-abertos-de-previdencia-complementar>. Acesso em 29 set. 2024

Dívida da União. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/paginas-complementares/despesas-pagas-pela-uniao> Acesso em 06 out. 2024

Fortuna, E. (2002). Mercado Financeiro: produtos e serviços. (15a ed.). Rio de Janeiro: Qualitymark.

FRANÇA, L.; SOARES, D. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 29, n. 4, p. 738-751, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400007>. Acesso em: 02 out. 2024

FRANÇA, Lucia.; SOARES, Dulce. (2012). Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 29, n. 4, p. 738-751. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400007>. Acesso em: 10 out. 2024

GAUDENZI, P. B. L. O perfil jurídico do imposto de renda e a tributação dos planos de previdência complementar privada. São Paulo: PUC. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2024.

GITMAN, Lawrence J; MADURA, J. Administração financeira. Uma abordagem gerencial. São Paulo: Pearson, 2003. ____.

GONZAGA, Rafael Dias. Um Estudo de Caso para Previdência Privada Complementar. São Paulo: Serasa Experian, 2012.

HALFELD, Mauro. (2010). Investimentos: como administrar melhor o seu dinheiro. São Paulo: Editora Fundamento Educacional.
<https://fenaprevi.org.br/noticias/previdencia-privada-captacao-liquida-cresce-mais-de-100-de-janeiro-e-julho-de-2024>. Acesso em 08 out. 2024.

LEI Nº 14.803, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14803-10-janeiro-2024-795233-publicacaooriginal-170807-pl.html>. Acesso em 18 out. 2024

LIMA, Diana; DIAS, Cícero; NININ, Alessandra; e AMARAL, Dafne. (2023). De repente a previdente: Educação previdenciária para estudantes universitários.. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/385811638_De_Dependente_a_Previdente_educacao_previdenciaria_para_estudantes_universitarios. Acesso em 20 nov. 2024.

LUČIĆ, A., Uzelac, M., & Gaćina, L. (2021). Review of National Financial Education Policies Aimed at the Young-Evidence for Developing and Implementing Policy Recommendations for Croatia. *Ekonomski Vjesnik*, 34(2), 443-456.

MACEDO JUNIOR, J. A árvore do dinheiro: guia para cultivar sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

MARENSE, V. G. Previdência Privada. Porto Alegre: Síntese, 1981.

MARINHO Rogério. Marinho diz que é a chance de ajustar Previdência sem avançar em direitos adquiridos. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/10/marinho-diz-que-e-a-chance-de-ajustar-previdencia-sem-avancar-em-direitos-adquiridos>. Acesso em 06 out. 2024

MARTIN Erica, Mulher se prepara mais para entrar na bolsa', aponta superintendente da B3. Disponível em: <https://investnews.com.br/financas/estudo-da-b3-aponta-que-mulheres->

investiram-o-dobro-dos-homens-em-2023/#:~:text=Faixa%20et%C3%A1ria,a%2024%20anos%20(1.816%25). Acessado em 05 out. 2024.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo, Atlas, 2005.

MORLIN, M. F. (2023). Educação Financeira: sua importância no ensino médio. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para Educação Básica.

Neri, M. C. (2007). Renda, consumo e aposentadoria: evidências, atitudes e percepções. Ensaios Econômicos nº 663. EPGE/FGV.

NEVES, U. Gustavo. (2022). Previdência Privada: tabela progressiva ou regressiva? UFPEL. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/superavit/2022/05/31/%EF%BF%BCprevidencia-privada-tabela-progressiva-ou-regressiva/>. Acesso em 15 out. 2024

PEREIRA, José Carlos Dias. Análise do processo decisório em compra de imóveis residenciais: um estudo exploratório realizado em Belo Horizonte. 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2008.

PERLIN, Marcelo Scherer. (2022). Poupanço e Investindo em Renda Fixa. Ed. Revisada, Publicação independente. Rio Grande do Sul.

RAMOS, Maria Cibele de Oliveira. Os planos de benefícios das entidades de previdência privada. São Paulo: LTr, 2005.

Receita Federal regulamenta a opção pelo regime de tributação de benefício de previdência complementar. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/receita-federal-regulamenta-a-opcao-pelo-regime-de-tributacao-de-beneficio-de-previdencia-complementar>. Acesso em 18. out. 2024

ROESCH, S. M. A. Projetos de estágio do curso de Administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 1996.

ROSS, S.; WESTERFIELD, R.; JAFFE, J. F. Administração financeira. São Paulo: Atlas, 1995.

Saad, N. S., & Ribeiro, C. O. (2011). Modelo de apreçamento de opções embutidas em produtos de previdência no Brasil. *Production*, 21(3), 528-537.

SILVA e ALMEIDA, A. L. (2019). APOSENTADORIA E FINANÇAS PESSOAIS: Um estudo sobre o comportamento dos jovens universitários frente às mudanças na previdência brasileira. Disponível em: <http://bib.pucminas.br:8080/pergamumweb/vinculos/000083/000083af.pdf>. Acesso em 20 nov. 2024.

SILVA, G., Reis, D., Martins, E., & Fornari, M. (2019). Educação financeira para o planejamento da aposentadoria. *Revista Calafiori*, 3(2), 94-104.

SILVA, T. V., & Carvalho, E. A. (2019). Aposentadoria: fase de transformações psicossociais. *Revista Uningá*, 56(S1), 56-67.

SPRÍCIGO, C. Malu. (2018). PREVIDÊNCIA PRIVADA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA DECISÃO ENTRE PGBL E VGBL. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/192893/Monografia%20Malu%20Cor dini%20Spricigo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso 18 out. 2024

STRICKLAND, Fernanda. (2023). Correio Braziliense. Saiba os prós e os contras na hora de investir na poupança. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/12/6775010-saiba-os-pros-e-os-contras-na-hora-de-investir-na-poupanca.html>. Acesso em 25 out. 2024

SUSEP. Superintendência de Seguros Privados. PGBL e VGBL. Disponível em: <https://www.gov.br/susep/pt-br/assuntos/meu-futuro-seguro/seguros-previdencia-e-capitalizacao/providencia-complementar-aberta/pgbl-vgbl>. Acesso em 09 out. 2024

TESOURO TRANSPARENTE. (2024). Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/divida-publica-federal/tesouro-direto>. Acesso em 22 out. 2024.

TORO. Toro Investimentos (2024). Disponível em: <https://blog.toroinvestimentos.com.br/bolsa/o-que-sao-acoes/>. Acesso em 15 nov. 2024.

TORRES, Juliana. (2018). Tabela progressiva ou regressiva? Disponível em: <http://blog.bbprevidencia.com.br/tabela-progressiva-ou-regressiva-entenda-o-regime-de-tributacao-dos-planos-de-previdencia-complementar/>. Acesso em: 15 out. 2024.

WARREN. (2022). Conheça 6 vantagens da previdência privada para a sua aposentadoria. Disponível em: <http://surl.li/negbvz>. Acesso em 10 out. 2024

WEINTRAUB, Arthur Braganca de Vasconcellos. *Previdência privada: atual conjuntura e sua função complementar ao regime geral da previdência social*. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

WESTIN Ricardo, Primeira lei da Previdência, de 1923, permitia aposentadoria aos 50 anos. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>. Acesso em 05 out. 2024

XAVIER G. Emanuella. (2022). Previdência privada vale a pena? 11 motivos para você escolher. Disponível em: <https://blog.inter.co/previdencia-privada-vale-a-pena/>. Acesso em 12 out. 2024